

ARTIGOS

UMA INTERPRETAÇÃO DA ECONOMIA BIZANTINA.

HILÁRIO FRANCO JÚNIOR
The Mediaeval Academy of America.

Acreditando ser válida a aplicação do moderno instrumental de análise econômica a épocas passadas, tentaremos verificar na história bizantina a existência daquilo que se convencionou chamar de crescimento econômico. Devemos, no entanto, atentar para que a utilização de conceitos modernos a períodos cujas óticas eram, claro, diferentes da nossa, não distorçam a realidade histórica. Para tanto, deve-se procurar compreender como os homens de um determinado momento histórico viam sua própria época, como encaravam a economia e quais eram suas expectativas a respeito. Seguros assim de que não estaremos impingindo nossos valores a outros tempos, poderemos então lançar mão dos modernos métodos de estudo, entendendo que eles nos darão apenas uma interpretação atual sobre uma época que absolutamente não via as coisas deste prisma. Assim, o historiador terá à sua disposição uma espécie de denominador comum que permitirá uma verdadeira história comparada das economias e não apenas uma enumeração e descrição dos fatos e dados econômicos passados.

Desta forma, examinaremos inicialmente a psicologia econômica dos bizantinos e a seguir os vários setores da economia de Bizâncio, obtendo então elementos para tentar uma análise de seu crescimento econômico. No entanto, os problemas para isso são grandes, pois os dados disponíveis, poucos e incompletos, dificultam um estudo desta ordem, ainda mais que sem ter um ponto de apóio em trabalhos análogos. De qualquer maneira, apesar das evidentes limitações deste trabalho, esperamos demonstrar a possibilidade e talvez até a utilidade de se estender a aplicação deste método a outros momentos da história econômica.

* * *

I. — OS FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA ECONOMIA BIZANTINA.

Não existiu doutrina econômica em Bizâncio, vindo de sua evolução histórica uma estrutura psicológica que explica a política econômica adotada. Esta foi marcada pela herança romana, daí apesar da existência de um comércio importante em boa parte de sua história, o fundamental ter sido a agricultura: a mentalidade bizantina estava presa à terra. Do Baixo Império veio o estatismo econômico inaugurado por Diocleciano, fórmula tentada para contornar a grave crise do fim do mundo antigo; esta outra herança romana pôde ser facilmente assimilada por Bizâncio, pois seu nascimento se dera naquele momento e porque, reforçando esta tendência, faziam parte de seu território os antigos reinos helenísticos, onde o dirigismo era antigo e estava enraizado na mentalidade.

A conjuntura econômica desfavorável, o perigo constante de invasões e a ideologia política autocrática reforçaram e possibilitaram a intervenção estatal na economia. Porém,

“esta economia dirigida não tinha, como ocorre hoje, um propósito de racionamento. A preocupação dos imperadores era, antes de tudo, o abastecimento de Constantinopla, o aprovisionamento de matérias-primas para os trabalhadores do palácio, o refrear a cobiça dos comerciantes e fazer entrar a maior quantidade possível de dinheiro nas caixas do Estado” (1).

Tal fica claro no caso da seda: as oficinas particulares e imperiais eram alimentadas por seda importada da China através da Pérsia, mas com as guerras persas o preço da matéria-prima subiu muito, provocando o fechamento de várias oficinas e o conseqüente desemprego. Para fazer frente a este problema o Estado monopolizou o setor, passando a ser o único a poder importar seda e transformá-la em tecido, até que com o início da produção da matéria-prima no próprio império reautorizou-se o funcionamento de oficinas privadas (2).

Ainda que o objetivo desta política fosse mais fiscalista que protecionista, em alguns setores mantiveram-se monopólios estatais, especialmente naqueles considerados vitais. Os artesãos e os comerciantes estavam reunidos em corporações rigidamente regulamentadas e supervisionadas pelo Estado, daí já se ter afirmado que o Império Bizantino foi o

(1). — BREHIER (Louis), *El mundo bizantino*. 3 vols. trad. esp. México. UTEHA. 1955-1956. III, 131.

(2). — LOPEZ (Roberto), *Silk industry in the Byzantine Empire*. *Speculum*, vol. XX, 1945, p. 12.

“paraíso do monopólio, do privilégio e do paternalismo” (3).

Pretendia-se desta forma defender o consumidor, o pequeno comerciante e os interesses fiscais do governo. No entanto, já se observou (4) que os monopólios não eram tão numerosos quanto se diz, pois as minas, as pedreiras e as salinas não eram propriamente monopólios e sim direitos regalianos tradicionalmente reservados ao Estado desde a Antiguidade. O monopólio de armas e de uniformes eram monopólios administrativos, cujo objetivo não era aumentar as receitas públicas mas assegurar o fornecimento de produtos essenciais para a defesa do império. Os monopólios do trigo e da seda não tiveram caráter permanente. Assim, o grau de estatismo econômico variava, dependendo do poder desfrutado pelo imperador, daí terem ocorrido períodos mais ou menos longos de liberdade.

“ou mesmo de anarquia econômica” (5).

De maneira geral, porém, prevaleceu um certo dirigismo, com o Estado definindo as linhas de rumo da economia, fato aceito pela mentalidade bizantina, acostumada à sacralização da autoridade política, garantia de manutenção do *statu quo*; a *peitharchia* (“obediência à autoridade”) era vista como a suprema virtude, garantidora da ordem, que por sua vez conduzia à paz, isto é, à salvação (6). O resultado disso foi impedir o desenvolvimento de uma burguesia forte, pois a iniciativa privada era extremamente limitada na medida em que o Estado determinava as quantidades a serem produzidas e vendidas, os salários a serem pagos, os lucros a serem obtidos. Se o contacto com estrangeiros, sobretudo italianos, desenvolveu o espírito de empresa e o desejo de ganho que incentivava a liberdade de negócio (7), tal aconteceu apenas em alguns locais do império, no período final de sua história e numa época de fraqueza do poder central.

Uma conseqüência cuja importância dificilmente poderia ser exagerada adveio desta política econômica: a aristocracia não podia investir na produção industrial, totalmente controlada pelo governo, nem tinha interesse em fazê-lo no comércio, onde os riscos eram grandes. Assim,

(3). — THOMPSON (James W.), *Economic and social history of the Middle Ages (300-1300)*. 2a. ed. Nova York. Frederick Ungar. 1959, p. 336.

(4). — ANDREADES (A.), Byzance, paradis du monopole et du privilège. *Byzantion*, tomo IX, 1934, p. 176-177.

(5). — BRATIANU (G. I.), Une experience d'economie dirigée: le monopole du blé à Byzance au XIe siècle. *Byzantion*, tomo IX, 1934, p. 644.

(6). — AHRWEILER (Hélène), *L'idéologie politique de l'empire byzantin*. Paris. PUF. 1975, p. 141-143.

(7). — BRATIANU (G. I.), *op. cit.*, p. 655.

“a acentuada capacidade desta classe para a expansão econômica encontrou seu verdadeiro caminho no campo” (8).

Como veremos, esta íntima ligação da aristocracia com a terra provocou importantes alterações na estrutura política bizantina, preparando o próprio fim do império.

Outro elemento da psicologia bizantina rico em conseqüências era sua visão de mundo em relação a outros povos (9). Para o orgulho bizantino, consciente da superioridade de sua civilização, Constantinopla era o centro do mundo, um polo de atração por suas imensas riquezas, suas obras de arte, seu refinamento. Desta forma, não se levavam seus produtos a outros países, esperava-se que os interessados viessem buscá-los, não se procuravam os produtos necessários no exterior, esperava-se que os estrangeiros viessem trazê-los. Tal processo psicológico era uma forma compensatória para o império que se pretendia universal, legítimo continuador do Império Romano, sendo porém contestado no plano ideológico pelos ocidentais e sentindo no plano real não ter a extensão e a expressão da antiga Roma. Assim, atrair os estrangeiros era para os bizantinos uma necessidade coletiva de auto-afirmação, uma forma daquela civilização provar aos outros e a si própria sua superioridade, seu poder de sedução. Era para o poder imperial uma maneira de aumentar seu prestígio e poder. Mais ainda, os bizantinos não deixariam sua bela capital para comerciar com o Ocidente bárbaro ou com o Oriente que tinha em Bizâncio seu modelo: era justo que todos os povos fossem a Constantinopla aprender um pouco, deslumbrar-se, servir ao único império legítimo.

Com isto, os italianos passaram a penetrar cada vez em maior número e a dominar o comércio bizantino, a apossar-se das riquezas do império:

“desta maneira, a economia dirigida, o estatismo, que havia sido a causa da grandeza e dos triunfos dos empreendimentos econômicos de Bizâncio, desapareceu para sempre de seu governo. Em seguida a indústria e o comércio ficaram livres, mas os benefícios desse livre cambismo iam enriquecer, sobretudo, aos estrangeiros ou aos grandes proprietários que desfrutavam de privilégios” (10).

(8). — OSTROGORSKY (Georg), *Agrarian conditions in the Byzantine Empire in the Middle Ages*, in *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. I, 2a. ed., 1971, p. 215.

(9). — AHRWEILER (Hélène), *op. cit.*, p. 51 e 145.

(10). — BREHIER (Louis), *op. cit.*, III, 159.

A medida que a crise econômica e o declínio político avançavam, Bizâncio cada vez mais fechava-se sobre si mesma, alheando-se da dura realidade, desprezando as preocupações materiais e relembrando as glórias passadas. A decadência econômica bizantina foi até certo ponto um resultado de sua visão etnocêntrica do mundo.

* * *

II. — ELEMENTOS DA CAPACIDADE ECONÔMICA.

A existência milenar do Império Bizantino em boa parte foi resultado de uma economia estável, que lhe dava os recursos necessários para enfrentar os inúmeros inimigos externos e para sustentar os imensos gastos exigidos pela corte e pela Igreja. Quando as vigas mestras de sua economia foram enfraquecidas, todo o império oscilou: a decadência econômica preparou o desaparecimento político de Bizâncio.

*

1. — *A agricultura.*

A história agrária bizantina pode ser dividida em três fases: até o século VII a estrutura da agricultura romana foi mantida; daquele momento ao século X graças a uma mudança no regime de propriedade da terra, defendendo-se o pequeno proprietário, atingiu-se o apogeu; no último período, encerrado com o fim do império no século XV, os grandes domínios reapareceram e passaram a dominar a vida agrícola com graves reflexos na política e nas finanças imperiais.

Na primeira fase, como aliás ao longo de toda a história bizantina, as necessidades fiscais do Estado é que determinaram as condições da agricultura (11). Assim, o sistema tributário criado para fazer frente aos problemas do século III continuou a ser empregado, ligando o indivíduo à terra. Sem condições de satisfazer as necessidades do Estado no que dizia respeito aos impostos, a população rural colocava-se sob a proteção (*patrocinium*) de um senhor poderoso, oferecendo-lhe sua terra e seu serviço. Ainda que legalmente livres, estes camponeses perderam sua liberdade de movimento tornando-se *glebae adscriptii*; nascia o sistema do *capitatio-iugatio*. Neste, *iugum* era uma parcela de terra capaz de sustentar um *caput*, agricultor.

(11). — BAYNES (Norman), *El imperio bizantino*, trad. esp. México. Fondo de Cultura Económica; 1966, p. 81; OSTROGORSKY (Georg), *op. cit.*, p. 205.

Desta forma surgiram grandes proprietários, donos de imensas riquezas e de poder, como o caso da família dos Apion, no Egito, que nos séculos V, VI e VII constituiu uma verdadeira dinastia, com extensos territórios em suas mãos, um corpo de funcionários para administrá-los, prisões, sistema de pesos e medidas, um serviço de transporte particular para ligar suas terras, um regime próprio de arrecadação de impostos (12). Uma biografia do século VIII fala-nos das propriedades de Filarete, na Ásia Menor, nas quais havia 700 bois, 800 asnos, 80 mulas, 12.000 ovelhas, muitas colmeias, uma bela casa com móveis e objetos de uso diário feitos com materiais de luxo (13).

No século VII o poder desta aristocracia diminuiu devido às invasões eslavas, avaras, persas e árabes, que devastavam a terra, destruíam as colheitas, escravizavam a população; foi assim que os prósperos domínios de Filarete foram arruinados (14). A grande propriedade no entanto não desapareceu (15). O elemento mais importante deste período foi, porém, a reforma empreendida pelo imperador Heráclio (610-641). Este criou os *themes*, províncias militarizadas, cujas tropas recebiam terras que deveriam cultivar; o filho primogênito de um soldado herdava os deveres militares do pai e os outros filhos tornavam-se camponeses livres. A *capitatio-iugatio* foi substituída por um imposto *per capita* e outro sobre a terra, não havendo portanto mais necessidade de se sujeitar o contribuinte ao solo.

Os principais tipos de estabelecimentos agrícolas eram as aldeias e os domínios isolados, pertencentes a um só proprietário. As aldeias, tipo mais comum, podiam ser servis, quando a terra pertencia a um senhor responsável perante o Estado pela tributação, ou livres, em que a terra pertencia à comunidade ou mesmo privadamente aos camponeses. Nestas aldeias, em torno do núcleo, com suas casas, currais e hortas, estavam as terras de cultivo, propriedades privadas apesar de não estarem cercadas. Os bosques e os pastos eram bens comunais que em caso de necessidade podiam ser divididos, tornando-se então propriedade individual em caráter irrevogável (16). Eram grandes as diferenças de extensão entre as terras dos camponeses. No caso de terra arrendada, se o proprietário fornecia a terra e o capital, o arrendamento era breve, geralmente um ano, devendo o

(12). — BREHIER (L.), *op. cit.*, III, 109-112.

(13). — *Idem, ibidem*, III, 113-114.

(14). — BREHIER (L.), *Les populations rurales au IX siècle d'après l'hagiographie byzantine, Byzantion*, t. I, 1924, p. 180-182.

(15). — LEMERLE (Paul), *Esquisse pour une histoire agraire de Byzance: les sources et les problèmes, Revue Historique*, t. CCXIX, 1958, p. 66-69.

(16). — OSTROGORSKY (G.), *op. cit.*, p. 210.

arrendatário metade da produção obtida. Se o arrendatário entrava com o capital o arrendamento era por prazo dilatado e ele ficava com 9/10 do resultado. A aldeia devia um imposto geral, que era dividido entre as propriedades individuais. Os membros da aldeia respondiam solidariamente ao pagamento do imposto, pois se um camponês não pagasse sua parte, o vizinho era obrigado a fazê-lo, mas ganhando o direito de usufruto sobre aquela terra; este era o sistema do *allelengyon* (17).

A vida quotidiana do camponês bizantino não era fácil, geralmente morando numa cabana miserável de uma ou duas peças, trabalhando com recursos precários e extremamente dependentes das condições naturais, vítima do banditismo endêmico em certas regiões e das invasões estrangeiras. As técnicas agrárias eram muito primitivas, usando-se um instrumental tosco: por exemplo, para debulhar o trigo espalhava-se o numa área circular, de solo duro, fazendo-se passar sobre ele uma espécie de ancinho com pontas de sílex puxado por uma parrelha de bois. A criação era muito importante, sobretudo na Ásia Menor até à invasão turca; o gado era o principal bem do camponês, sendo a medida de riqueza pessoal (18). A apicultura era bastante difundida e produtiva. A caça, principal passatempo de todas as camadas sociais (19), era praticada com diversos métodos, dependendo da condição econômica de cada um. Os ricos tinham equipes de caça, com especialistas para cada tarefa, usando cães de caça de Creta, famosos por seu olfato, ou da Índia, célebres por sua destreza na caça maior. A falcoaria era muito praticada, sobretudo na caça de perdizes e lebres.

*

2. — *O artesanato.*

Apesar da importância da terra, a economia bizantina nunca foi apenas agrícola, pois a vida urbana era desenvolvida e nas cidades a indústrias de seda, linho e tapetes, enquanto Tessalônica produzia tecidos grandes, e com sua perda para os árabes o Peloponeso passou a ter indústrias de seda, linho e tapetes, enquanto Tessalônica produzia tecidos e objetos de bronze, estanho, cobre, ferro e vidro. No entanto, em Constantinopla é que a indústria bizantina atingiu seu maior desenvolvimento. Todos os ramos estavam agrupados em corporações, regime que Constantino introduziu em Bizâncio. Desta forma preten-

(17). — *Idem, ibidem*, p. 213-214.

(18). — *Idem, ibidem*, p. 210.

(19). — BREHIER (L.), *El mundo bizantino*. México. UTEHA. 1955-1956, III, 128.

dia-se defender os pequenos comerciantes e os trabalhadores do desemprego, garantir aos consumidores abundância de produtos de boa qualidade e a bom preço, combater a ociosidade e os ganhos exagerados, manter a reputação dos artigos industriais, principal fonte de exportação (20).

Por um texto do século X, o *Livro do Prefeito* (*Eparchikon Biblion*) (21), temos uma idéia do dirigismo econômico bizantino e do funcionamento do sistema corporativo. Inicialmente, aquele documento relaciona vinte profissões abrangidas por sua regulamentação: ourives, cambistas, alfaiates, vendedores de seda crua, preparadores de seda crua, fabricantes de tecidos de seda, vendedores de vestuários de seda, vendedores de tecidos e vestuários importados, perfumistas, fabricantes de círios, saboeiros, merceeiros, seleiros, carneiros, salsicheiros, vendedores de peixe fresco, padeiros, estalajadeiros, alugadores de animais, empreiteiros de construção. É interessante observar a preocupação governamental em determinar claramente a área de atuação de cada ofício, distinguindo quatro corporações voltadas para a seda, diferenciando merceeiros, peixeiros, carneiros e outros.

Dirigindo cada corporação havia um presidente escolhido por seus membros, mas cujo nome devia ter a aprovação do prefeito. Para se ingressar em uma corporação, devia-se fazer um pedido ao prefeito apresentando uma petição com a assinatura de cinco membros que garantissem sua honorabilidade e sua aptidão profissional. Sendo dada a licença, pagava-se uma taxa, variável conforme a corporação. O local de estabelecimento da oficina ou da loja era designado pelo prefeito no bairro em que se agrupavam os comerciantes ou artesãos da mesma profissão. As matérias-primas e as mercadorias eram compradas segundo cotas fixadas pelo prefeito, que ainda indicava os fornecedores. Toda mercadoria antes de ser vendida devia receber uma estampilha da prefeitura.

Cada corporação tinha o monopólio de sua especialidade, que devia ser respeitado: por exemplo, no item 1 da parte em que trata dos comerciantes de seda crua, o *Livro do Prefeito* afirma que

“os mercadores de seda crua não podem exercer qualquer outra profissão, mas tem de praticar a sua publicamente no lugar para eles estabelecido. E quem assim não o fizer será açoitado e banido, sendo-lhe cortada a barba”.

(20). — ANDREADES (A.), *op. cit.*, p. 173.

(21). — Há uma tradução francesa de NICOLE (J.), *Le Livre du Préfet*. Genebra. 1894, e uma tradução inglesa de BOAK (A. E.), *The book of the prefect. Journal of Economic and Business History*. 1929, p. 600-619.

Mais adiante, no item 8, reforça-se esta determinação lembrando que

“os mercadores de seda crua não deverão ter licença para fiar a seda, mas apenas para comprá-la e vendê-la. Aquele que for apanhado será castigado com a flagelação e a barba ser-lhe-á cortada”.

A transgressão ao regulamento implicava na expulsão da corporação, confisco da propriedade ou multa em dinheiro, flagelos e corte do cabelo e da barba e em casos graves o desterro ou a perda de uma mão.

As lojas eram geralmente muito pequenas, não comportando mais que cinco ou seis pessoas de uma só vez. Cada profissão tinha um bairro determinado pelo prefeito, com exceção dos merceiros, cujas lojas estavam espalhadas por toda cidade para facilitar o abastecimento da população. Eles também eram os únicos a poderem vender vários produtos: farinha, azeite, legumes, peixe defumado (a venda de peixe fresco era atribuição de outra corporação), queijo, mel, carne de porco (a de vaca e de carneiro estavam reservadas aos carneiros), louças e ferragens. Os vendedores de peixe fresco não podiam comprar dos pescadores antes que seus barcos tivessem entrado no porto, sendo então o preço de venda do peixe determinado pelo prefeito, o que era feito diariamente.

Este sistema não incentivava a iniciativa privada, dificultava as inovações técnicas e impedia grandes ganhos — calculou-se em cerca de 17% o lucro sobre o preço da mercadoria, sem levar-se em conta as despesas gerais (22) — daí não se ter desenvolvido um capitalismo industrial. O ritmo de produção era lento e a produtividade baixa em função da rígida regulamentação: cada ourives só podia comprar uma libra de ouro por vez, devendo provar ter utilizado a primeira para poder adquirir outra.

*

3. — *O comércio.*

A três fatores o Império Bizantino deveu sua prosperidade comercial. Em primeiro lugar a localização geográfica, pois era o ponto de união entre Europa e Ásia, em seu território desembocando as principais rotas comerciais da época: as mercadorias do Extremo

(22). — WALTER (Gérard), *A vida quotidiana em Bizâncio no século dos Comnenos (1081-1180)*, trad. port. Lisboa. Edições Livros do Brasil, s/d., p. 113.

Oriente pelo Oceano Índico e subindo o Nilo chegavam a Alexandria, atravessando a Pérsia pelo oásis da Sogdiana alcançavam a Síria, da Ásia Central pelo Mar Cáspio atingiam o Mar Negro. Em segundo lugar, a existência de excelentes portos em seus territórios, como Alexandria, os portos da Síria, Éfeso, Esmirna, Focéia e outros na Anatólia, Trebizonda e Querson no Mar Negro, Corinto e Atenas na Grécia, Durazzo, Corfú e Tessalônica no Mar Jônico e, sobretudo, Constantinopla. Esta dominava as ligações do Mediterrâneo com o Mar Negro, era o ponto para onde convergiam pessoas e mercadorias de todas as procedências, era enfim

“o grande empório em que se centralizava o comércio do mundo” (23).

Por último, a marinha bizantina com seu domínio sobre o Mediterrâneo permitia que os comerciantes da Síria, do Egito e da Ásia Menor, chamados genericamente de “sírios”, pudessem manter relações econômicas com toda a costa mediterrânica.

O comércio com o Oriente levava a Bizâncio produtos de luxo, sobretudo especiarias e seda. A rota da seda no tempo de Justiniano era coberta em 150 dias da China até a fronteira persa e desta até território bizantino em 80 dias. Com isto os persas monopolizavam o comércio da seda, daí, procurando contornar este obstáculo, Justiniano ter-se aliado ao rei de Axum, na Etiópia, cujos navios do Mar Vermelho iam até o Ceilão. Verdadeiro centro redistribuidor de produtos orientais, no Ceilão encontrava-se jóias fabricadas no local, seda da China, aloés, cravo e sândalo da Indochina, pimenta de Malabar, cobre de Caliana (próxima a Bombaim). Mas também no Ceilão os persas tinham uma posição privilegiada, por isso no que dizia respeito ao seu abastecimento de seda, Bizâncio continuou a depender deles. Entre 553 e 554, porém, dois monges conseguiram contrabandear casulos de bicho-da-seda escondidos dentro de seus cajados ocos e assim o império começou a produzir sua própria seda. O Peloponeso passou então a chamar-se Moréia devido às plantações de amoreiras para alimentar os bichos-da-seda. No entanto, por mais algum tempo as importações ainda continuaram devido à insuficiência da produção bizantina. Mesmo depois, contudo, os portos do Mar Vermelho mantiveram um importante comércio, recebendo incenso do Iemen, cássia da Somália, mirra, aloés e perfumes da Arábia, marfim, conchas, sândalo e madeiras preciosas do interior da África, especiarias da Índia.

(23). — DIEHL (Charles), *Byzance, grandeur et décadence*. Paris Flammarion. 1919, p. 91.

No sul, os portos da Criméia comerciavam com os povos das estepes, levando-lhes produtos manufaturados da Síria e de Constantinopla e obtendo em troca peles, escravos e provavelmente âmbar, enquanto que com as tribos do Cáucaso trocava-se trigo, vinho e sal por peles de carneiros. Estas relações são testemunhadas pelas descobertas arqueológicas que desenterraram muitos objetos bizantinos de prata do século VI na Rússia e na Sibéria.

Para o Ocidente os “sírios” levavam produtos orientais, estabelecendo-se em colônias nas principais cidades ocidentais (24). Em Roma a colônia síria era poderosa e sua influência crescente, daí surgirem no século VII vários mosteiros seguindo a regra oriental de São Basílio (25). De 686 a 752, apenas um Papa não era de origem grega ou síria (26). A influência cultural é claramente perceptível, em especial na arte (27). Também na Gália havia muitas e prósperas colônias sírias, como em Marselha e Narbona (28). Conhecemos casos de relações comerciais dos sírios até com a Inglaterra, como no século VII, quando um navio saído de Alexandria após vinte dias de viagem, atingiu as Ilhas Britânicas levando um pouco mais de uma tonelada de trigo e trazendo um carregamento de zinco (29). Para a Gália iam produtos sírios, vinhos de Gaza, azeite, papiro egípcio, especiarias, seda, perfumes, tecidos de algodão; este comércio manteve-se importante até o século VIII, como se vê numa relação de mercadorias daquela época: 4.600 quilos de azeite, perto de 14 quilos de pimenta, 1 de cravo, meio de canela, 7 de cominho, 1 de bálsamo, 9 de arroz, 14 de perfume, 14 de raízes aromáticas, 23 de tâmaras, 46 de amêndoas, 46 de figos, 14 de amendoim, 46 de azeitonas, 30 barris de peixe salgado, 50 resmas de papiro, 10 peles e ainda outros produtos (30).

Discute-se muito sobre a continuidade ou não deste comércio após o século VIII. De um ponto-de-vista, as conquistas árabes que

(24). — PIRENNE (Henri), *Maomé e Carlos Magno*, trad. port. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1970, p. 71-84.

(25). — BREHIER (L.), *Les colonies d'orientaux en Occident au commencement du Moyen Age*. *Byzantinische Zeitschrift*, vol. 12, 1903, p. 6-7.

(26). — KNOWLES (D.) e BOLENSKY (D.), *A Idade Média* (col. Nova História da Igreja, II), trad. port. Petrópolis. Vozes, 1974, p. 65.

(27). — BREHIER (L.), *op. cit.*, p. 22-36.

(28). — BREHIER (L.), *El mundo bizantino*. México. UTEHA. 1955-1956. III, 139-141.

(29). — LOPEZ (R.), *Le problème des relations anglo-byzantines du septième au dixième siècle*, *Byzantion*, t. XVIII. 1948, p. 145.

(30). — PIRENNE (H.), *Le commerce du papyrus dans la Gaule mérovingienne*. Paris. Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. 1928, p. 183-184 e tb. cf. PIRENNE (H.), *Maomé e Carlos Magno*, *op. cit.*, 78-79.

no século VII tiraram o Egipto e a Síria do império, não chegaram a interromper o comércio dos sírios, o que teria ocorrido com o domínio muçulmano da Espanha (século VIII) e a pirataria dos dois séculos seguintes (31). A Gália deixou então de receber papiro e passou a usar pergaminho; o antes ativo porto de Marselha ficou vazio (32). De outro ponto-de-vista, o fato dos sírios terem desaparecido do mundo ocidental não significou um corte com o Mediterrâneo oriental, pois as relações continuaram através dos gregos e dos judeus (33). A não utilização do papiro nas chancelarias ocidentais pode ter sido devido a questões religiosas entre muçulmanos e bizantinos, o que fez temporariamente o papiro desaparecer de Bizâncio, onde os comerciantes orientais compravam o produto para reexportá-lo ao Ocidente (34). As relações entre Bizâncio e Inglaterra mantiveram-se mesmo após as conquistas islâmicas, ocorrendo então por via terrestre através da Itália e das regiões escandinavas (35). No século VII o comércio com o Oriente enfraqueceu-se, mas devido ao esgotamento das reservas ocidentais de ouro e não à conquista muçulmana, tanto que quando no século seguinte o Ocidente iniciou uma lenta recuperação econômica, podendo pagar parte de suas importações com mercadorias, aquele comércio foi reativado através dos italianos (36).

De qualquer forma, o fim do domínio bizantino sobre o Egipto e a Síria significou a perda de dois terminais de rotas que traziam para Bizâncio produtos orientais. Procurou-se então intensificar a terceira rota, que desembocava no Mar Negro. Assim, o comércio bizantino precisou mudar de orientação — via Itália para com o Ocidente, via Mar Negro para com o Oriente — com a expansão muçulmana, mas não declinou. A feira de Tessalônica, que acontecia anualmente em fins de outubro, na festa de São Demétrio, continuava a atrair comerciantes de todas as raças. Através dos portos do Mar Negro os bizantinos entraram em contacto com os cazares, cuja capital, Itil, na margem do Volga, era um mercado internacional desde o século VIII. Com os varegues foram feitos vários acordos no século X, es-

(31). — PIRENNE (H.), *op. cit.*, p. 145-146 e 209 e LOT (Ferdinand), *El fin del mundo antiguo y los comienzos de la Edad Media*, trad. esp. México. UTEHA, 1956, p. 323.

(32). — PIRENNE (H.), *op. cit.*, p. 146-150 e BREHIER (L.), *op. cit.*, III, 143.

(33). — DOEHAERD (Renée), *Méditerranée et économie occidentale pendant le Haut Moyen Age. Cahiers d'histoire mondiale*, vol. I, 1954, p. 578.

(34). — LOPEZ (R.), *Mohammed and Charlemagne: a revision. Speculum*, t. XVIII, 1943, p. 23.

(35). — LOPEZ (R.), *Le problème des relations anglo-byzantines du septième au dixième siècle. Byzantion*, t. XVIII, 1948, p. 151.

(36). — DOEHAERD (R.), *op. cit.*, p. 579 e 584.

tabelecendo-se um comércio que fornecia a Bizâncio peles, mel, cera, escravos e madeira em troca de tecidos, vinho, frutas e especiarias. Surgiu então nas margens do Bósforo uma colônia russa. Quando em meados do século XI os petchenegues interromperam a rota do Dnieper, as relações russo-bizantinas concentraram-se em Querson, no Mar Negro.

*

4. — *A moeda e as finanças.*

A excelência da moeda bizantina, cujo valor manteve-se inalterado até o século XI, explica a estabilidade das finanças e do custo de vida (37). A unidade monetária era o soldo de ouro (*solidus aureus*, ou *nomisma* em grego, ou ainda *besante* como era conhecido no Ocidente medieval) de 4,48 gramas, que equivalia a 12 *miliaresion* de prata ou a 24 *keration* de 2,60 gramas de prata ou a 288 *follis* de bronze ou a 5750 dinários de cobre. Havia várias moedas divisionárias, como o *semisse* (meio soldo), *tremisse* (um terço de soldo), meio *miliaresion*, meio *keration*, $3/4$ de *follis* (correspondendo a 30 *nummias*), $1/2$ *follis*, *decanummium* (10 *nummias*), *pentanummium* (5 *nummias*) e *nummium*. Como moedas de conta havia a libra valendo 72 *nomismas* e o *kentenarion* correspondendo a 100 libras (38).

As grandes despesas com o exército, a corte, a diplomacia e as obras públicas eram de forma geral bem cobertas pelas receitas imperiais. Estas vinham de várias fontes, como os bens de sucessão intestada, doações de súditos, rendas de domínios estatais e, principalmente, tributação direta e indireta. Outra fonte de recursos era a venda de cargos e de dignidades (39).

O patrimônio imperial, no qual se distinguia inicialmente os bens da coroa (*patrimonium principis*) e a fortuna pessoal de cada imperador (*res privata*), proporcionava importantes rendas para o Estado. Nos séculos VII e VIII com as amputações sofridas pelo império os domínios estatais diminuiram, mas com a dinastia macedônica, especialmente no século XI, eles novamente cresceram. Dentre as propriedades imóveis as mais importantes eram as da Ásia Menor, nas quais havia imensos rebanhos.

(37). — BREHIER (L.), *op. cit.*, III, 132 e 144.

(38). — WHITTING (P. D.), *Monnaies byzantines*. Friburgo: Office du Livre. 1975; BREHIER (L.), *op. cit.*, III, 132; COIMBRA (A. V.), *Noções de Numismática. Revista de História* nº 30, 1957, p. 502-510.

(39). — LEMERLE (P.), *Roga et rente d'état aux X-XI siècle. Revue des études byzantines*, vol. XXV, 1967, p. 77 e 79.

A maior fonte de recursos para o Estado era, porém, a tributação direta, sobretudo a que incidia sobre a terra. No período de apogeu de Bizâncio, dos Heráclidas ao início do Império Latino, a *capitatio-iugatio* foi substituída por uma capitação sobre todas as casas, de camponeses e de cidadãos, o que permitia aos rústicos deixarem a terra (40). O imposto sobre esta era de obrigação apenas dos proprietários. O sistema da *epibolé* — surgido provavelmente em fins do século V, pelo qual cada comunidade camponesa era considerada uma unidade fiscal, com os encargos dos que não podiam pagar recaindo sobre seus vizinhos — foi substituído pelo *allelengyon*, no qual se mantinha a solidariedade de pagamento de imposto, mas em que diferentemente do primeiro as terras abandonadas passavam ao fisco (41). Nos séculos X e XI aumentou o número de impostos diretos (42). Havia ainda impostos suplementares sobre determinadas categorias de contribuintes (43).

O conjunto dos impostos indiretos era chamado de *vectigalia*, sendo os mais importantes deles os que incidiam sobre a venda, a circulação de mercadorias (44), a marinha mercante e as taxas alfandegárias (10% sobre as importações e as exportações). Ainda faziam parte da *vectigalia* certos monopólios estatais como o de fabricação de pão e o da exclusividade de compra de determinadas mercadorias estrangeiras como especiarias da Índia, perfumes da Arábia e escravos do Cáucaso (45). Em todos os portos havia aduanas, mas as principais eram as dos estreitos, Abidos no Helesponto e Hierão no Bósforo. Graças a isto, em 1165, segundo o contemporâneo Benjamim de Tudela, os direitos alfandegários em Constantinopla rendiam anualmente 7.300.000 *nomismas*. Outros impostos recaiam sobre os navios, que pagavam uma taxa proporcional à sua tonelagem e podiam ser requisitados para o transporte de materiais destinados a obras públicas.

* *
*

III. — OS FATORES DA DECADÊNCIA ECONÔMICA.

Apesar de todos seus recursos, mesmo nos períodos mais promissores muitas vezes a situação financeira do Império Bizantino foi

-
- (40). — BREHIER (L.), *op. cit.*, II, 227.
(41). — *Idem, ibidem*, II, 220 e 228.
(42). — *Idem, ibidem*, II, 228.
(43). — *Idem, ibidem*, II, 229-230.
(44). — *Idem, ibidem*, II, 221-222.
(45). — *Idem, ibidem*, II, 222.

difícil, pois os gastos eram imensos com a guerra, a diplomacia, a administração, o luxo da corte, as construções seculares e religiosas,

“enfim, toda aquela tradição de magnificência tão necessária para satisfazer o povo de Constantinopla quanto para impor aos estrangeiros o prestígio de Bizâncio” (46).

Mudanças na estrutura da agricultura e do comércio tiraram do Estado suas principais fontes de receita, rompendo o precário equilíbrio orçamentário, daí a moeda pela primeira vez em seis séculos sofrer uma desvalorização e depois toda uma série delas, abrindo caminho à derrocada final; segundo Runciman,

“a tragédia da longa agonia de Bizâncio é acima de tudo uma tragédia financeira” (47).

*

1. — *O revivescimento da grande propriedade.*

O sistema *allelengyon* impunha pesados encargos ao campesinato, de forma que aqueles que não podiam saldá-los emigravam. Caso o proprietário não voltasse em 30 anos, a terra recebia isenção total de impostos e passava para o Estado, que podia vendê-la, arrendá-la ou concedê-la. Como era pouco provável que o camponês que não pudera conservar a terra a comprasse 30 anos depois, ela ia para o Estado, ou através deste para grandes proprietários. Assim, desde o século X começou a desintegração das comunidades camponesas (48). Os “poderosos” passaram a absorver as propriedades dos “pobres”, provocando a diminuição do número de camponeses livres e desta forma tirando do Estado seus melhores contribuintes e, com o declínio das terras militares, seus soldados; a feudalização ameaçava (49).

Percebendo tal perigo, os imperadores tentaram preservar as pequenas propriedades, enfrentando os grandes senhores de terra, daí

“a mais importante e a mais dramática fase da história agrária bizantina e a que determina não somente a posterior evolução das condições agrárias, mas também a ruína do Império Bizantino” (50).

(46). — DIEHL (C.), *op cit.*, p. 201.

(47). — RUNCIMAN (Steven), *A civilização bizantina*, trad. port. Rio de Janeiro. Zahar. 1961, p. 139.

(48). — OSTROGORSKY (G.), *op. cit.*, p. 214.

(49). — *Idem, ibidem*, p. 216.

(50). — *Idem, ibidem*, p. 216.

A legislação destinada a proteger os pequenos proprietários começou com Romano I Lecapeno que em uma lei de 922 determinava que se uma propriedade camponesa fosse posta à venda o direito preferencial de compra cabia em primeiro lugar aos parentes que fossem co-proprietários, depois aos co-proprietários não parentes, depois aos donos de parcelas que apareciam entremeadas com as que se punham à venda, em seguida aos proprietários das parcelas imediatas que figurassem como conjuntamente responsáveis pelos impostos com o vendedor, e em quinto lugar aos restantes proprietários de parcelas contíguas de terra. Tentava-se desta forma dificultar a compra de terra por parte dos “poderosos”, que estavam ainda proibidos de aceitar doações.

Esta lei não atingiu seu objetivo, já que a má colheita de 927-928 e uma praga devastadora permitiram aos “poderosos” comprarem terras por preços muito baixos. Em 934 Romano criticou os grandes senhores que “havia provado serem mais implacáveis que a fome e as pragas”, mas sem poder ordenar a restituição das terras como estava estipulado na lei de 922. As doações foram declaradas nulas, mas no caso de compra havia um prazo de três anos para o camponês devolver a quantia recebida e recuperar sua terra. Era muito difícil, no entanto, que o camponês conseguisse o dinheiro, e no caso de compra ilegal (castigada com a devolução gratuita da terra) era pouco provável que recebesse a terra de volta, pois ela estava ocupada por funcionários estatais ou amigos e parentes destes.

Constantino VII continuou a luta contra os grandes proprietários também sem um melhor resultado, pois os “poderosos”, geralmente grandes proprietários e funcionários ao mesmo tempo, formavam quase que uma casta; as leis não atingiam seus objetivos já que aqueles que deviam executá-las eram os mais interessados em seu fracasso. Mais ainda, os próprios camponeses não apoiavam a iniciativa governamental, pois devido ao excesso de impostos procuravam o *patrocinium* de um senhor.

O crescente poder da aristocracia levou-a a ocupar o trono com Nicéforo Focas, que em 967 anulava certos direitos anteriormente dados aos camponeses. Mudando a estrutura das terras militares, tirando-lhes o caráter de pequena propriedade, alterou-se a própria composição do exército bizantino, desde então formado pela pequena nobreza. A última tentativa de enfrentar o poder dos grandes proprietários veio com Basílio II, que em 996 revogava a legislação de compras de terras feitas pelos “poderosos” há alguns anos. No entanto, sua mais importante determinação foi atribuir o pagamento do *allelengyon* aos poderosos, ação de duplo efeito ao dar maior segurança ao Tesouro (pois o pagamento muitas vezes ultrapassava a

capacidade dos camponeses) e ao assentar duro golpe no poder dos grandes. Porém, com a morte deste imperador o *allelengyon* foi abolido, passando-se a arrendar os impostos; as leis que protegiam os pequenos proprietários foram deixadas de lado ainda que não revogadas (51). A grande propriedade vencera. Podemos fazer uma idéia de sua extensão e riqueza se lembrarmos, por exemplo, que em 1341 quando Guy de Lusignan confiscou os bens de João Cantacuzeno, na Tessália, em suas terras havia 500 bois, 2.500 asnos, 200 camelos, 300 mulas, 5.000 burros, 50.000 porcos e 70.000 carneiros, além de depósitos cheios de trigo e cofres com lingotes e moedas de ouro (52).

Depois da dinastia macedônica e sua política de defesa do campesinato livre, como ficou a situação desta camada social? A questão é muito controversa, não havendo acordo entre os especialistas. Para alguns ela teria desaparecido (53), enquanto outros acreditam que sempre continuou a existir um campesinato livre, ainda que menos expressivo do que no período anterior (54). Seria necessário ser ter uma série de estudos regionais para se poder responder a essa questão sem o risco de uma generalização perigosa, mas há indícios de que em vários locais continuaram a existir camponeses não dependentes.

Havia três tipos de grande propriedade territorial: terras da Coroa, de nobres e das igrejas e mosteiros. O primeiro compunha-se de propriedades privadas da família imperial e de domínios estatais, em princípio diferentes mas na realidade uma coisa só, pois o imperador dispunha de ambas. Estas terras estavam dispersas por todo território em grandes e pequenas parcelas, variando sua extensão total

(51). — VASILIEV (A. A.), *Histoire de l'empire byzantin*. 2 vols. Paris. Picard. 1932. I, 460.

(52). — BREHIER (L.), *op. cit.*, III, 116-117.

(53). — *Idem, ibidem*, III, 117 fala que “a desapareção da classe camponesa livre foi uma das causas de sua queda (de Bizâncio)”. OSTROGORSKY (G.), *Quelques problèmes d'histoire de la paysannerie byzantine, in Corpus Bruxellense Historiae Byzantinae, Subsidia II*. Bruxelas, 1956, p. 23, também defende a idéia do desaparecimento dos camponeses livres.

(54). — LEMERLE (P.), *Esquisse pour une histoire agraire de Byzance: les sources et les problèmes. Revue Historique*, t. CCXX, 1958, p. 89 e 92; SVORONOS (N. G.), *Sur quelques formes de la vie rurale à Byzance. Petite et grande exploitation, Annales. Economies. Sociétés. Civilisations*, vol. 11, 1956, p. 327; VASILIEV (A. A.), *op. cit.*, I, 460, afirma que continuaram a existir pequenas propriedades livres e em II, 383 fala em propriedades individuais e em comunidades camponesas livres nas montanhas da Tessália; OSTROGORSKY (G.), *in The Cambridge Economic History of Europe*, vol. I, 2a., 1971, afirma que mesmo no período final da história bizantina existiram camponeses livres (p. 221) e faz referências a eles (p. 233).

já que freqüentemente faziam-se concessões e incorporações. As terras da Igreja cresciam de forma constante graças às doações feitas por todas as camadas sociais e às proibições tanto eclesiásticas quanto seculares de se vender terras de instituições religiosas. As grandes igrejas (como Santa Sofia) e os grandes mosteiros tinham imensos domínios e importantes privilégios e isenções, enquanto outros sem contar com estas vantagens encontravam-se em situação difícil. Estes desejavam vender seus bens, mas não sendo possível recorreram aos *charistikarioi*, seculares donos de grandes capitais a quem se entregava a administração de domínios monásticos. Na verdade eles serviam mais aos seus interesses particulares e, a partir dos Comnênos, que os designava, aos interesses do Estado.

As propriedades que mais cresceram foram sempre as dos nobres, tomando terras de camponeses, de soldados e, como *charistikarioi*, dos domínios inalienáveis da Igreja. No entanto, a natureza e a extensão dos domínios dos poderosos eram variáveis. O fenômeno mais característico da feudalização pela qual o império passava foi o sistema de *pronoia* aparecido na segunda metade do século XI (55). Neste, os magnatas recebiam por serviços prestados terras com camponeses, os *paraikoi*. O *pronoete*, funcionário, chefe militar, mosteiro ou simples particular, recebia amplas isenções e privilégios, devendo fornecer um certo número de soldados conforme a importância da propriedade ganha; nesta ele cobrava impostos, entregando parte ao Tesouro imperial. A relativa autonomia das *pronoia*, que ficava fora da administração central, cresceu com o domínio franco de 1204, que acelerou o processo de feudalização do império (56).

No entanto, é preciso observar que o grande proprietário bizantino morava nas cidades e não dirigia pessoalmente suas terras como o ocidental, daí

“a resistência manifesta do mundo bizantino às formas políticas do feudalismo, mesmo na época em que algumas instituições davam a impressão de um processo de feudalização do império” (57).

Este ponto-de-vista, contrário à existência de um feudalismo bizantino, é também adotado por Boutruche (58), que afirma não

(55). — OSTROGORSKY (G.), *op. cit.*, p. 226-228. Sobre a *pronoia* ver ainda BREHIER (L.), *op. cit.*, II, 346-347 e LEMERLE (P.), *Recherches sur le régime agraire à Byzance: la terre militaire à l'époque des Comnènes. Cahiers de Civilisation Médiévale*. 1959, p. 265-281.

(56). — OSTROGORSKY (G.), *op. cit.*, p. 227.

(57). — SVORONOS (N. G.), *op. cit.*, p. 335.

(58). — BOUTRUCHE (Robert), *Seigneurie et Féodalité*. 2 vols. Paris. Aubier. 1968-1970, I, 307.

ser a *pronoia* um feudo por não implicar em homenagem e por ser uma concessão do Estado que proibia a alienação e o fracionamento análogo à sub-ensefeudação. Ao falar dos “feudalismos de importação”, Marc Bloch não incluiu Bizâncio, observando apenas que lá existiam oligarquias dominando homens de condição humilde através, algumas vezes, de uma espécie de patronato (59). Em uma posição intermediária, Charles Diehl observa com justeza que apesar de muito diferente do feudalismo ocidental, no qual havia uma hierarquia bem definida, o bizantino teve o mesmo resultado de enfraquecer o poder central, ainda que, paradoxalmente, o império oriental fosse absolutista (60).

No regime de *pronoia* os *paroikoi* tinham o *dominium utile* da terra hereditariamente, pagando ao senhor uma renda e prestando serviços, mas conservando sua liberdade pessoal: eles estavam ligados ao solo economicamente mas não pessoalmente (61). No século XIII eles pagavam um *nomisma* por *modios* (1/12 de hectare) de terra boa, a mesma quantia por 2 ou 3 de terra de qualidade média ou por 5 a 10 *modioi* de qualidade inferior. Os *paroikoi* se diferenciavam segundo a extensão de terra que ocupavam e sua potencialidade econômica: os *zeugaratoi* tinham uma junta de bois e uma parcela de terra de tamanho normal, variável de 100 a 200 *modioi*; os *duozeugaratoi* tinham o dobro de terra e dois pares de bois; os *boidatoi* possuíam apenas um boi e metade de uma parcela; os *aktemones* não tinham nem animal nem terra. A passagem de uma para outra destas categorias não era rígida, bastando receber terras (62). Os *paroikoi* de grandes domínios possuidores de privilégios gozavam de uma situação melhor do que seus iguais de propriedades sem privilégios (pois nos primeiros uma parte dos encargos desaparecera) e do que camponeses livres, daí a migração para os domínios privilegiados (63).

Enfim,

“a organização agrária bizantina tem duplo efeito: a diminuição progressiva da autoridade do Estado sobre a população rural, diminuição também progressiva do que essa população deveria pagar ao tesouro sob a forma de imposto. E por aí vemos como, em última análise, o problema agrário foi mal resolvido pelo Im-

(59). — BLOCH (Marc), *La société féodale*. Paris. Albin Michel. 1973, p. 267.

(60). — DIEHL (C.), *op. cit.*, p. 170-172.

(61). — OSTROGORSKY (G.), *op. cit.*, p. 230.

(62). — *Idem, ibidem*, p. 232.

(63). — *Idem, ibidem*, p. 233.

pério Bizantino, e como a organização da população e propriedade rurais foi uma das causas de sua decadência” (64).

*

2. — *A ocidentalização do comércio bizantino.*

A partir do século XII o comércio bizantino entrou em rápida decadência, dominado que estava pelos italianos, que colhiam seus resultados. Já em 922 os venezianos receberam de Basílio I liberdade de comércio no porto de Constantinopla, pagando uma taxa inferior à de outros estrangeiros. A verdadeira penetração latina, porém, começou no reinado de Aleixo Comneno, que precisando de ajuda contra os normandos chamou os venezianos, também temerosos de um crescente poder por parte daqueles. Assim, em 1082 Veneza recebia isenção total de taxas alfandegárias, um bairro em Constantinopla e liberdade de trânsito em todo o império com exceção do Mar Negro. Diante da crescente influência dos venezianos, para contrabalançá-la em 1111 foi a vez de se ceder privilégios a Pisa, desde então pagando apenas 4% nas aduanas, tendo um cais e um bairro em todas as cidades do império e outras regalias.

Quando mais tarde João Comneno recusou-se a renovar os privilégios de 1082, os venezianos passaram a saquear várias ilhas do Egeu, obtendo assim em 1126 a renovação do acordo. Descontentes com a arrogância dos venezianos, os bizantinos resolveram opor-lhes seus tradicionais rivais, os genoveses. Estes também receberam um cais e um bairro em Constantinopla, bem como o direito de pagar só 4% de taxas aduaneiras (1155). No entanto, Gênova interessava-se mais pelos portos da Síria onde, por ter ajudado os cruzados, tinha entrepostos e isenções maiores: em 1162 havia apenas 300 genoveses em Constantinopla, contra 3 ou 4.000 pisanos e 10.000 venezianos. Apesar disso, venezianos e pisanos não gostaram de contar com a concorrência genovesa, daí terem atacado o bairro da rival e saqueado suas mercadorias; Bizâncio já começava a ser

“o teatro e a vítima” (65)

das guerras entre Veneza e Gênova.

Procurando definitivamente e com exclusividade apossar-se do comércio bizantino é que Veneza soube explorar as divergências entre

(64). — DIEHL (C.), *Os grandes problemas da história bizantina*, trad. port. São Paulo. Edameris. 1961, p. 144.

(65). — DIEHL (C.), *Byzance, grandeur et décadence*. Paris. Flammarion. 1919, p. 209.

Ocidente e Bizâncio de forma a fazer a Quarta Cruzada trabalhar a seu favor. Assim, com o estabelecimento do Império Latino (1204-1261) os venezianos apoderaram-se de Bizâncio e de seu comércio. Como os ocidentais já haviam perdido quase todos os portos do litoral sírio, Gênova tinha então interesse em comerciar com território bizantino. Procurando recompor o império, formaram-se alguns Estados gregos, o principal deles o de Nicéia, com o qual os genoveses assinaram o tratado de Ninfeu,

“uma aliança defensiva e ofensiva contra Veneza e o Império Latino destinada a refundir todo o mapa político e comercial do Levante” (66).

De fato, ele abria comercialmente todo o império aos navios de Gênova, dava-lhes total isenção de taxas de entrada e de saída, concedia aos genoveses um bairro nas principais cidades, permitia a existência de um magistrado genovês com jurisdição sobre seus concidadãos, fechava o Mar Negro aos inimigos de Gênova. Algum tempo depois os genoveses receberam ainda o bairro de Gálata (Pera em latim) no outro lado do Corno de Ouro, um verdadeiro

“Estado dentro do Estado”,

na expressão de Vasiliev (67), consolidando sua hegemonia comercial. Muitos outros locais de importância econômica passaram para o domínio genovês, como a ilha de Quios, produtora de mástique, resina aromática que era trocada em Alexandria por especiarias, e a Focéia, produtora de alume, matéria-prima essencial para a indústria têxtil ocidental. Chegou-se mesmo a cobrar uma taxa de todos os navios não genoveses — inclusive bizantinos — que se dirigissem ao Mar Negro. Bizâncio perdera o controle sobre seus próprios territórios.

Em especial o poder genovês se fazia sentir no Mar Negro:

“no momento em que os turcos se apoderam de Constantinopla, este mar interior, ao menos do ponto-de-vista econômico, parece um lago genovês” (68).

De fato, as potencialidades econômicas da região eram exploradas pelos genoveses e apenas em proveito próprio, exportando os produtos locais (cereais, peles, mel, lã, couros, plantas tintureiras, açafraão, cera, peixes salgados e escravos) e reexportando os produtos

(66). — LOPEZ, R. *Storia delle colonie genovesi nel Mediterraneo*. Bologna. Istituto Nazionale di Cultura Fascista. 1938, p. 208.

(67). — VASILIEV (A. A.), *op. cit.*, II, 298.

(68). — HEERS (Jacques), *Gênes au XV siècle*. Paris. Flammarion, 1971, p. 259.

orientais que da Índia e da China chegavam à cidade de Trebizonda, terminal de rotas vindas do Oriente. Assim, à hegemonia econômica veneziana no Império Bizantino sucedeu-se a hegemonia genovesa, de forma que como observou um contemporâneo (69), os latinos tinham tomado

“não somente todas as riquezas de Bizâncio e as rendas marítimas, senão também todos os recursos públicos que enriqueciam o tesouro dos príncipes”.

*

3. — *A crise financeira.*

Desta forma, o Estado viu suas principais fontes de renda — o imposto territorial e as taxas alfandegárias — enfraquecidas. A antes estável moeda bizantina, que por séculos fora o instrumento de troca preferido em todo o mundo de então, desde o século XI sofreu várias desvalorizações. Alexis Comneno precisou rebaixar a qualidade do *nomisma*, conhecido a partir daí por *hyperpere*, cunhado no início do século XIV com 5 partes de ouro e 19 de cobre (70). Se desta maneira o Estado obtinha recursos de imediato, pagando os credores com moeda fraca, a médio prazo perdia, pois recebia os impostos nessa mesma moeda desvalorizada. Depois de tentar uma reforma fiscal, Andronico II não conseguiu arrecadar mais de um milhão de *hyperperes*, sete ou oito vezes menos que no século IX e com a moeda desvalorizada em 50% (71). Na primeira metade do século XIV, segundo Gregoras, as aduanas de Constantinopla rendiam anualmente 30.000 *hyperperes* e as de Gálata 200.000.

O luxo da corte, a contratação de mercenários, a custosa diplomacia, as numerosas isenções e as dificuldades de arrecadação de impostos tornavam a situação financeira cada vez mais grave. Falando do Tesouro imperial, Gregoras afirmou que “não se encontrava nele mais que ar e pó”. O Estado viu-se obrigado a voltar ao imposto em espécie, com cada camponês devendo seis medidas de trigo e quatro de cevada. Assim, o preço do trigo que permanecera inalterado por séculos tornou-se no tempo dos Paleólogos o dobro do que fora sob os Macedônicos (72). Nos séculos XIV e XV, em várias oportunidades Bizâncio precisou recorrer aos empréstimos dos venezianos,

(69). — GREGORAS (Nicéforo), *apud* BREHIER (L.), *op. cit.*, III, 163.

(70). — BREHIER (L.), *op. cit.*, II, 242.

(71). — *Idem, ibidem*, II, 243.

(72). — RUNCIMAN (S.), *op. cit.*, p. 139.

penhorando jóias da Coroa e hipotecando Constantinopla. A penúria financeira chegou a tal ponto que em 1423 o imperador por 50.000 ducados vendeu aos venezianos Tessalônica, a segunda cidade do império.

A estabilidade econômica se devera a um governo forte, de forma que

“o enfraquecimento daquela autoridade, arruinada pelos grandes latifundiários, e a perda da independência econômica, como consequência dos privilégios outorgados às repúblicas italianas, explicam a diminuição dos recursos, a desapareição da moeda e a decomposição e queda final do Império Bizantino” (73).

* * *

IV. — O CRESCIMENTO ECONÔMICO BIZANTINO.

A utilização dos modernos métodos de análise econômica já foi tentada para a Europa medieval (74), mas em relação à história bizantina ela se depara com sérias dificuldades. Os dados que possuímos são esparsos, incompletos, setorializados e regionalizados, tornando delicado a partir deles fazer-se generalizações e tirar conclusões definitivas. No entanto, é possível percebermos através deles uma tendência geral da economia bizantina na época de apogeu do império, sob a dinastia Macedônica (867-1056).

Apesar de ser problemático o emprego do conceito de crescimento econômico — aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*, isto é, acréscimo do produto total mais que proporcional ao aumento da população (75) — ao Império Bizantino, uma série de indícios prova sua ocorrência no período macedônico. De fato, vários dos processos resultantes e característicos do crescimento econômico esti-

(73). — BREHIER (L.), *op. cit.*, II, 218.

(74). — FOURQUIN (Guy), *Histoire économique de l'Occident médiéval*. Paris. Armand Colin. 1969, p. 137-141 e HODGETT (Gerald), *História social e econômica da Idade Média*, trad. port. Rio de Janeiro. Zahar, p. 106-125.

(75). — Com relação às diversas definições de crescimento e desenvolvimento econômicos, bem como às diferenças entre elas, ver BRUTON (H.), *Princípios de economia do desenvolvimento*. São Paulo. Atlas. 1969; HAGEN (E.), *Economia do desenvolvimento*. 2 vols. São Paulo. Atlas. 1971; LEWIS (W. A.), *The theory of economic growth*. Londres. George Allen & Unwin 1955; MEIER (G.) e BALDWIN (R.), *Desenvolvimento econômico*. São Paulo. Mestre Jou. 1968; PEPELASIS (A.), MEARS (L.) e ADELMAN (I.), *Desenvolvimento econômico*. São Paulo. Atlas. 1967; SOLOMON (M. J.), *Analysis of projects for economic growth*. Nova York. Praeger. 1970.

veram presentes naquela oportunidade, tais como expansão do meio circulante e a conseqüente inflação de demanda, alta dos preços e dos salários, modificação na organização da estrutura de produção, melhor utilização dos recursos naturais, crescimento populacional e deslocamento de parte da mão-de-obra agrícola para outros setores da economia.

A expansão do meio circulante é atestada pela abundância de metais preciosos que parece ter havido sob os imperadores iconoclastas e macedônicos. A crise iconoclasta contribuiu para tanto ao recolocar em circulação grandes quantidades de metais entesouradas pelos mosteiros. Neste sentido de aumentar os recursos monetários do império, a perda do Egito para os muçulmanos foi positiva, pois cessou a sangria de ouro que acontecia em troca do trigo egípcio, e, mais ainda, a proibição islâmica de juros provocou a afluência de capitais para Bizâncio (76). Outra tese indica na mesma direção: o mundo muçulmano, dono das maiores fontes de ouro da época, tinha uma balança de comércio desfavorável em relação ao Ocidente — de quem comprava escravos, madeira, ferro, estanho e outros materiais — que, por sua vez, adquiria produtos de luxo dos bizantinos, que apesar de perderem parte deste metal para os muçulmanos em troca de matérias-primas para suas indústrias, ficavam com um saldo que explica a chamada Segunda Idade de Ouro Bizantina (77), o período macedônico. Esta expansão do estoque metálico, ocorrida do século VIII ao XI (78), gerou uma inflação modernamente tipificada como de demanda, isto é, uma inflação provocada por um poder monetário de compra maior do que a capacidade de produção da economia, ou seja, maior do que a oferta agregada de bens e serviços (79).

Apesar de nos faltar dados seguros com relação aos preços e aos salários, parece que eles apresentaram uma tendência altista no período aqui considerado. Enquanto em fins do século VII e início do VIII um trabalhador agrícola ganhava 12 *nomismas* por ano, no começo do século XIII seu salário caíra a 10 *nomismas* (80), e não de-

(76). — ANDRÉADES (A.), De la monnaie et de la puissance d'achat des métaux précieux dans l'empire byzantin. *Byzantion*, t. I, 1924, p. 83-85.

(77). — LOMBARD (M.), O ouro muçulmano do VII ao XI século. As bases monetárias de uma supremacia econômica. *Revista de História* nº 13. 1953, p. 25-46.

(78). — ANDRÉADES (A.), *op. cit.*, p. 113.

(79). — Fenômeno idêntico àquele que a Europa conheceu nos séculos XII e XIII e, depois, no início da Idade Moderna, com a Revolução dos Preços: no primeiro caso devido aos metais obtidos no comércio com os muçulmanos e no segundo devido ao afluxo metálico proveniente da América.

(80). — ANTONIADIS-BIBICOU (Hélène), Problèmes d'histoire économique de Byzance au XI siècle: démographie, salaires et prix. *Byzantinoslavica*, 1967, p. 258.

vido a uma maior oferta no mercado da mão-de-obra, pois, pelo contrário, ocorria então um retrocesso populacional. Se o preço do trigo manteve-se estável, sendo praticamente o mesmo no século IV e no século XI (81) — em torno de um *nomisma* por 26 quilos em meados do século X (82) — ele representou um caso especial. De fato, esta mercadoria tinha uma estabilidade de preço maior do que qualquer outra (83), já que sendo a base da alimentação popular havia interesses políticos em que ele se mantivesse em níveis baixos.

A estrutura da produção agrícola sofreu uma modificação com o enfraquecimento dos latifúndios, ocorrido a partir do século VII. Eles não chegaram a desaparecer, mas sem dúvida a agricultura bizantina esteve baseada naquele momento nas pequenas e médias propriedades defendidas pela política anti-aristocrática dos imperadores macedônicos. Se do lado da produção artesanal não houve propriamente uma alteração na estrutura, pois manteve-se o corporativismo, este foi melhor regulamentado pelo *Livro do Prefeito* (século X). Esta regulamentação pode, talvez, ter sido ditada pela necessidade de um aumento de produção devida — além do incremento do comércio exterior, que conheceu sua melhor fase nos séculos IX e X (84) — ao fato de que à medida que a renda *per capita* sobe, como provavelmente ocorreu naquele momento, a procura de bens passa a ser relativamente maior por produtos do setor secundário (indústria) do que do primário (agricultura) (85).

Os recursos naturais à disposição dos súditos do império foram alargados no período macedônico pela conquista das importantes bases navais de Creta e de Chipre, que devolveu a Bizâncio o controle do Mediterrâneo oriental, pela subjugação da Bulgária, pela retomada das cidades sírias de Antioquia e Alepo, pelo reforço da autoridade bizantina no sul da Itália, pelo domínio de certos territórios na Ásia Menor e mesmo pela conversão dos russos ao cristianismo grego, o que os trouxe para a área de influência bizantina. Mais importante e significativa, porém, foi a melhor utilização destes recursos naturais. No século X foram construídos diversos aparelhos hidráulicos e apareceu a *Geoponica*, coletânea de extratos de textos antigos sobre agricultura, mas com referências originais sobre a cultura da vinha, da oliveira e de vários legumes e árvores frutíferas; nesta obra há ainda informações sobre animais nocivos ao cultivo, sobre apicul-

(81). — *Idem, ibidem*, p. 260.

(82). — ANDRÉADES (A.), *op. cit.*, p. 93.

(83). — *Idem, ibidem*, p. 90.

(84). — RUNCIMAN (S.), *op. cit.*, p. 131.

(85). — HAGEN (E.), *op. cit.*, p. 69-77.

tura e zootécnica. Dos séculos IX e X são as *Hippiatrica*, coletâneas sobre veterinária (86).

Os estudos sobre demografia bizantina ainda são poucos, a maioria deles tratando da capital, de maneira que faltam monografias sobre as províncias para que se possa ter uma idéia melhor da evolução populacional do império. De qualquer forma, um crescimento demográfico e um certo deslocamento populacional dos campos para as cidades podem ser atestados pelo caso de Constantinopla. Esta atingiu então sua cifra máxima, cerca de 400.000 habitantes (87), o que provavelmente se deveu não só ao crescimento de sua própria população como também à imigração. Sendo o centro político-econômico-cultural do império, Constantinopla sempre fora um polo de atração populacional, mas nos séculos IX-XI esta tendência se reforçou, como se vê pelos inúmeros provinciais que chegaram então a ocupar postos dos mais importantes no governo, a começar pelos próprios imperadores macedônicos. A regulamentação do *Livro do Prefeito* sobre a admissão de novos membros nas corporações talvez se devesse a um grande número de recém-chegados procurando emprego. Este êxodo para as cidades numa época em que nos campos predominava a pequena propriedade, em que muitos camponeses trabalhavam sua própria terra, prova uma expansão demográfica, pois as sucessivas partilhas sucessórias criavam parcelas bastante pequenas de terra, insuficientes, o que levava diversos camponeses a tentarem a vida nas cidades, onde o artesanato se desenvolvia.

*
* *
*

Se todos estes fatores nos provam a existência de um crescimento econômico bizantino, ele foi no entanto limitado, pois os elementos geradores de desenvolvimento econômico (isto é, de crescimento prolongado e contínuo) (88) — acumulação de capital e progresso técnico (89) — não chegaram a ocorrer. A mentalidade bizantina, pouco prática e pouco presa às coisas desta vida, estava mais voltada às

(86). — THEODORIDES (J.), A ciência bizantina in TATON (R.), *História geral das ciências*. 12 vols. trad. port. São Paulo. Difel. 1959. III, 83-84 e 86.

(87). — A maioria dos autores fala em números bem maiores, de quinhentas mil a um milhão de pessoas, mas JACOBY (D.), *La population de Constantinople à l'époque byzantine: un problème de démographie urbaine. Byzantion*, t. XXXI, 1961, após enumerar as principais estimativas (p. 83, nota) conclui que a população máxima da capital bizantina esteve perto de 400.000 almas (p. 107).

(88). — BRUTON (Henry), *op cit.*, p. 21.

(89). — HAGEN (E.), *op. cit.*, I, 55.

criações do espírito do que às técnicas. O sistema educacional também contribuía para tanto: as escolas públicas tinham por objetivo a formação de juristas e de funcionários, a escola patriarcal era um centro de ensino apologético do Cristianismo, as escolas monásticas procuravam eliminar as disciplinas clássicas, pagãs, e desenvolver o misticismo. Assim, os bizantinos de forma geral limitaram-se a preservar a ciência e a tecnologia antigas, praticamente não tendo havido inovações, daí a dificuldade em se manter o ritmo de progresso econômico, pois

“sem progresso técnico continuado, o crescimento indefinidamente constante não pode ser concebido, em conseqüência dos rendimentos decrescentes do capital” (90).

Em Bizâncio não chegou a haver acumulação de capital, mas apenas

“expansão horizontal de capital” (91),

ou seja, aumento de capital em igual proporção ao aumento da força não chegou a ser feita em nível adequado devido à própria estrutura maior número de trabalhadores, de forma que não se deu uma elevação da produtividade. A grande fonte de capitais que seria a poupança não chegou a ser feita em nível adequado devido à própria estrutura da economia. Como já se observou, a acumulação de capital é muitas vezes ditada mais pela sua procura do que pela sua oferta (92), e como o reduzido campo para investimentos limitava a demanda de capital (93), ela não chegou a se concretizar. Nas cidades as oficinas, unidades produtivas pequenas e sem condições de agregar mais recursos por serem rigidamente controladas pelo Estado, proporcionavam baixa renda, quase toda ela consumida. No campo, por outro lado, os grandes proprietários diante da visão estática da economia, vinda da idéia de que os recursos totais eram fixos e portanto não cresciam, realizavam gastos caritativos (esmolas e doações) e consumo perdulário (luxo, gastos supérfluos). As poucas oportunidades para investir não induziam à poupança.

O Estado, por sua vez, apesar de possuir nos séculos IX-XI imensos recursos, tinha gastos também altos, que não lhe permitiam poupar para reinvestir. Procurando amenizar este problema, pretendeu-se atrair capitais privados, daí a razão de ser das *rogais*, espécie de

(90). — *Idem, ibidem*, I, 240.

(91). — *Idem, ibidem*, I, 237-238.

(92). — PEPELASSIS (A.) et al., *op. cit.*, p. 98.

(93). — HAGEN (E.), *op. cit.*, II, 381.

(94). — LEMERLE (P.), *Roga et rente d'état aux X-XI siècles. Revue des études byzantines*. Vol. XXV, 1967, p. 100.

pensões concedidas em troca de uma certa quantia; pagava-se uma renda de sete *nomismas* por libra, ou seja, juros de 9,72%, além de que o Estado oferecia

“garantias e sobretudo o maravilhoso atrativo das distinções públicas e palacianas” (94).

A Igreja, grande proprietária de terras, imobilizava vastos capitais entesourando metais preciosos em obras de arte (crucifixos, ornamentos, vasos, jóias, etc.) e petrificando recursos em mosteiros e igrejas. As perdas territoriais sofridas pelo império a partir do século XI representaram uma diminuição dos recursos naturais disponíveis, cuja escassez poderia ter sido compensada se houvesse um aumento de capital mais que proporcional à mão-de-obra, de forma a que o aumento de capital por homem suprisse a diminuição de terra por homem (95), desde que, evidentemente, estes fatores fossem perfeitamente substituíveis, para que não ocorressem rendimentos decrescentes.

Além daqueles dois fatores determinantes do processo de desenvolvimento econômico, inovação técnica e formação de capital, não terem chegado a acontecer, algumas das barreiras que impossibilitam o desenvolvimento não foram removidas (96). Este era o caso da inadequada estrutura de propriedade, do fraco dinamismo empresarial e da baixa disponibilidade de capital. De fato, a estrutura de propriedade não favorecia o desenvolvimento econômico, pois o ressurgimento dos grandes domínios trabalhados por mão-de-obra dependente não incentivava a utilização de métodos mais produtivos. A estrutura psicológica da economia bizantina não favorecia o surgimento de uma camada empresarial dinâmica e disposta a promover inovações. A baixa disponibilidade de capitais devia-se ao já aludido problema da pequena poupança, ao entesouramento e aos gastos não produtivos. No período macedônico, quando ocorria o processo de crescimento econômico, os “poderosos”, tendo dificuldades em adquirir novas propriedades imóveis devido à legislação que procurava proteger o campesinato livre, entesouravam: no início do século XI o bispo de Tessalônica tinha 3.300 libras de ouro e o patriarca de Constantinopla 2.500; mesmo pessoas mais simples entesouravam, por ostentação em tempos normais e para ter liquidez em momentos difíceis (97). A forma de emprego do capital é fundamental para que ele se reproduza —

(95). — HAGEN (E.), *op. cit.*, I, 262.

(96). — ROSSETTI (José Paschoal), *Política e programação econômicas*, 2a. edição. São Paulo. Atlas. 1976, p. 303-309.

(97). — ANDRÉADES (A.), *op. cit.*, p. 88.

“do ponto de vista do desenvolvimento, a acumulação de capital requer não apenas um excesso de produção sobre o consumo, mas também o investimento destas poupanças em bens de capital produtivo” (98)

— o que em Bizâncio era feito de maneira inadequada em função dos gastos com a corte, com a diplomacia e a guerra, com as construções faustosas (99). Por fim, a política fiscal que poderia afetar a distribuição de recursos, alterar a distribuição da renda, promover acumulação de capital e controlar o custo de vida (100), era determinada pelos interesses políticos e assim não pôde superar aquelas barreiras ao desenvolvimento.

Desta forma, sem poder se transformar em desenvolvimento, o crescimento econômico conheceu uma redução de seu ritmo a partir do século XI, como demonstram vários indícios. Um destes foi a regressão demográfica, provada pela transformação do recrutamento militar com a utilização crescente de mercenários, pelo abandono de várias aldeias e pelas tentativas dos grandes proprietários de obter mão-de-obra (101). Outro indício que entrevemos, apesar da pobreza de dados, é uma tendência à estabilização do preço de certas mercadorias e dos salários: na segunda metade do século XIII uma família podia viver decentemente com 40 *nomismas* por ano (102). Mais um sinal de mudança no rumo da economia foi a retração do meio circulante, provocada pelas alterações no comércio exterior do império, o que lhe tirou boa parte da entrada de metais preciosos, e pelo entesouramento. Esta circulação monetária em ritmo lento contribuía para a compressão dos preços. A diminuição do estoque de metais preciosos levou à desvalorização intrínseca da moeda, que perdeu parte de seu poder real de compra (103), apesar dos efeitos desta desvalorização monetária manifestarem-se lentamente devido à pequena velocidade de circulação do estoque metálico (104).

(98). — MEIER (G.) e BALDWIN (R.), *op. cit.*, p. 396.

(99). — O crescimento econômico da Europa medieval foi menos limitado do que o bizantino, porque, entre outros motivos, a reaplicação dos capitais gerados pelo comércio dava-se em parte significativa em atividades produtivas, sobretudo na Itália. Quando acontecia dos recursos de uma região serem imobilizados, como era comum em Bizâncio, o progresso econômico ficava comprometido: LOPEZ (R.), *O nascimento da Europa*, trad. port. Lisboa. Cosmos. p. 265-268 exemplifica com o caso de Beauvais, sede de um distrito agrícola muito rico e produtor de tecidos de lã famosos em toda Europa, que ao imobilizar seus capitais na construção de uma grande catedral viu sua prosperidade interrompida.

(100). — MEIER (G.) e BALDWIN (R.), *op. cit.*, p. 496.

(101). — ANTONIADIS-BIBICOU (H.), *op. cit.*, p. 256-257.

(102). — *Idem, ibidem*, p. 258-261.

(103). — ANDRÉADES (A.), *op. cit.*, p. 102.

(104). — ANTONIADIS-BIBICOU (H.), *op. cit.*, p. 261.



V. — CONCLUSÃO.

Tentando detectar as linhas profundas da economia bizantina, verificamos três momentos principais em sua história: do início do império ao século IX tivemos um período de consolidação das estruturas; nos séculos IX a XI uma fase de crescimento econômico; a partir do século XI uma época em que não apenas se frustou a possibilidade do crescimento tornar-se desenvolvimento econômico, como também arrefeceu o ritmo daquele crescimento, até ele cessar.

Dois textos expressam bem a situação de Bizâncio nestas duas últimas fases de sua história econômica: um do lombardo Liutprando, embaixador de Otão I que esteve em Constantinopla em meados do século X, outro de um bizantino do século XIV, Nicéforo Gregoras. O primeiro texto (105) narra a visita e o deslumbramento daquele europeu no Palácio Imperial:

“diante da sede do imperador havia uma árvore feita de bronze dourado, cujos ramos estavam cobertos de pássaros igualmente de bronze dourado, cantando de diversas maneiras segundo as suas espécies. O próprio trono do imperador era feito com tal arte que num dado momento parecia uma construção baixa e noutro erguia-se alto no ar. Era de um tamanho imenso e estava guardado por leões de bronze ou de madeira coberta de ouro, os quais fustigavam o chão com a cauda e emitiam um rugido de boca aberta e agitando a língua. Reclinado sobre os ombros de dois eunucos fui levado à presença do imperador. À minha chegada os leões rugiram e as aves cantaram de acordo com as suas espécies sem eu me aterrorizar nem me impressionar de espanto, porque me tinha previamente informado sobre todas estas coisas com pessoas que as conheciam bem. Assim, depois de me ter prostado por três vezes em adoração ao imperador, levantei a cabeça e aquele que primeiramente tinha visto sentado a uma distância moderada do solo havia agora mudado de vestuário e estava sentado ao nível do teto. Como isto foi feito não consigo imaginar a não ser que ele fosse puxado para cima por qualquer espécie de engenho, como o que usamos para levantar as traves de uma prensa”.

(105). — Citado em ESPINOSA (Fernanda), *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa. Sá da Costa Editora. 1972, p. 50.

O segundo (106) nos mostra a que ponto havia chegado a decadência bizantina, pois apesar do desejo de salvar as aparências, o orgulho grego não podia fugir da realidade: no casamento de João V Paleólogo a comida foi servida em vasilhas de louça e de estanho,

nos trajes imperiais havia contas coloridas em lugar de pedras preciosas, o diadema era de couro ornado com contas. O lamento final é do próprio Gregoras:

“qualquer um que esteja um pouco a par dos costumes compreenderá por isto, assim como pelos outros detalhes que não estavam de acordo com a etiqueta, a miséria que pesava imperiosamente sobre todas as coisas. Assim estavam arruinadas e desvancidas a antiga prosperidade e o clássico esplendor do império romano. E faça este relato com verdadeira vergonha”.

(106). — Citado em DIEHL (C.), *op. cit.*, p. 213.